

Brasília, 25 de setembro de 2024.

Ao Sr. Pregoeiro  
Senado Federal

Impugnação ao Edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 90114/2024

EMN REPRESENTACAO COMERCIAL AUDIO E VIDEO E COMERCIO DE ELETRONICOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 35.056.963/0001-91, sediada à CONDOMINIO MANSOES CALIFORNIA 108 S/N SETOR HABITACIONAL JARDIM BOTÂNICO – BRASÍLIA-DF, por intermédio de seu representante legal o Sr. Edson Mundim Neto, portador do CPF nº 059.923.511-08, com o objetivo de impugnar o Pregão supracitado, vem por este meio, apresentar

#### IMPUGNAÇÃO AO CERTAME DE PREGÃO ELETRÔNICO

1. Com base nas disposições contidas no item 13 do edital do pregão supracitado, solicito o requerimento de admissão e processamento deste pedido de impugnação. Passa a apresentar as razões que fundamentam tal impugnação:

#### TEMPESTIVIDADE E ADMISSIBILIDADE

2. Conforme as diretrizes previstas no Edital, é viável a apresentação de impugnações até 3 (três) dias úteis antes da data agendada para a abertura da sessão pública do Pregão. Todo indivíduo tem o direito de impugnar o ato convocatório, mediante o encaminhamento de petição para o endereço eletrônico [licita@senado.leg.br](mailto:licita@senado.leg.br), até o dia 07/10/2024, considerando assim este requerimento como tempestivo.

#### FUNDAMENTOS DA IMPUGNAÇÃO

3. Trata-se de licitação na modalidade pregão eletrônico objetivando “contratação de empresa para fornecimento de equipamentos, softwares, licenças, materiais de instalação e acessórios, bem como serviços de instalação, treinamento técnico e operacional, operação assistida e projeto executivo e as-built, necessários para substituição de diversos subsistemas da Central de Cortes e Plenários da TV Senado, durante 12 (doze) meses consecutivos de acordo com os termos e especificações do edital e seus anexos”.
4. Da leitura do Edital verifica-se a existência de exigências ilegais, ambiguidades e incompatibilidades, que se não sanadas, poderão macular de forma irremediável o procedimento licitatório, seja por não atender ao interesse público, seja por restringir ilegalmente a competição.

5. A presente impugnação pretende afastar do procedimento licitatório, irregularidades em extrapolação ao disposto no estatuto que disciplina o instituto das licitações, com intuito inclusive, de evitar que ocorra restrição desnecessária do universo de possíveis e capacitados competidores, obstando a BUSCA DA CONTRATAÇÃO MAIS VANTAJOSA, senão vejamos:

#### BREVE PREÂMBULO

6. Com efeito, o exame acurado do edital revela situação que merece urgente reparo pela autoridade administrativa elaboradora do instrumento convocatório, pois cria óbice à própria realização da disputa, restringindo o caráter competitivo do certame como restará provado.
7. Ademais, ressalta-se que a matéria objeto desta impugnação encontra-se pacificada no âmbito do Tribunal de Contas da União. Conforme a Súmula STF nº 347, o Tribunal de Contas possui a competência para apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do poder público, inclusive declarando a nulidade de atos e procedimentos adotados em licitações que violem seus preceitos e a Lei nº 14.133, de 2021.

#### REFORMULAÇÃO DOS ARGUMENTOS EM QUESTÃO - MOTIVOS PARA REVISAR O EDITAL

- a. Requisitos de qualificação técnica
8. O Edital além de outras faz a seguinte exigência para apresentação no momento de habilitação para cumprir o requisito de qualificação técnica;
- i. 12.3.1 Capacidade técnico-operacional
- a) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica, expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho Regional dos Técnicos Industriais (CFT) da região onde se situa a sede da empresa ou sua filial, em nome da licitante.
- b) Atestado(s) de Capacidade Técnico Operacional, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante executou, de forma satisfatória, serviços de engenharia similares, em características, prazos e quantidades, ao objeto da presente licitação, assim entendido:
- b.1) Fornecimento e instalação de sistema de produção de sinais de vídeo para transmissão televisiva utilizando tecnologia SDI composto por câmeras de vídeo controladas remotamente, monitoração de sinais de vídeo, ajuste de imagem, sinalização de referência de vídeo, e switches de rede com

cabeamento estruturado; não necessariamente com as exatas especificações contidas no Anexo 2 do edital.

b.2) Quanto ao aspecto qualitativo, não é necessário que a comprovação das parcelas de maior relevância técnica apontada na alínea “b.1” acima seja formalizada, necessariamente, em único atestado, sendo admitido o somatório de atestados.

Capacidade técnico-profissional:

c) A licitante deverá apresentar declaração indicando o nome, CPF, número do registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho Regional dos Técnicos Industriais (CFT), do(s) responsável(is) técnico(s) que acompanhará(ão) a execução dos serviços de que trata o objeto deste edital, anexos e contrato, devendo referir-se a profissional(is) de nível técnico ou superior habilitado(s) em eletrônica e telecomunicações, e que tenham vínculo com a empresa licitante.

c.1) A comprovação do vínculo a que se refere o tópico anterior se fará com a apresentação de cópia dos seguintes documentos: contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio; carteira de trabalho (CTPS), ficha de registro de empregado ou contrato de prestação de serviço, em que conste a licitante como contratante; ou, ainda, de declaração de contratação futura do responsável técnico, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.

d) Certidão de Registro do(s) Responsável(is) Técnico(s), junto ao Conselho Profissional da região a que estiver(em) vinculado(s).

e) Atestado(s) de Capacidade Técnico-Profissional, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho Regional dos Técnicos Industriais (CFT) da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT), comprovando que o(s) profissional(is) indicado(s) pela empresa licitante atuou(aram) como responsável(is) técnico(s) na execução de serviços de instalação e/ou configuração descrito na alínea “b.1”, podendo ter atuado por outras empresas.

9. Em observação aos documentos exigidos no referido instrumento convocatório, aos que se referem a comprovação de qualificação técnica, o item 12.3.1, aponta a exigência do registro da empresa junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA; para que se comprove por meio destes, a habilitação da empresa em executar serviços de tal natureza.

10. É de conhecimento geral que a Lei Federal nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010 alterou o órgão fiscalizador responsável pelos serviços dos arquitetos no Brasil de CREA (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia) para CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo).
11. Essa lei criou o CAU como o órgão responsável por regulamentar e fiscalizar o exercício da profissão de arquiteto e urbanista no país, separando a atuação dos engenheiros e agrônomos da dos arquitetos.
12. Portanto, a partir da promulgação dessa lei, os profissionais de arquitetura passaram a ser regulamentados e fiscalizados pelo CAU, e não mais pelos CREAs, que continuaram a ser responsáveis pela regulamentação e fiscalização das profissões relacionadas à engenharia e agronomia.
13. O art. 2º da mencionada Lei apresenta, de forma geral, as atividades e atribuições do arquiteto e urbanista, nos seguintes termos:
  - i. “Art. 2º As atividades e atribuições do arquiteto e urbanista consistem em:
    - I - supervisão, coordenação, gestão e orientação técnica;
    - II - coleta de dados, estudo, planejamento, projeto e especificação;
    - III - estudo de viabilidade técnica e ambiental;
    - IV - assistência técnica, assessoria e consultoria;
    - V - direção de obras e de serviço técnico;
    - VI - vistoria, perícia, avaliação, monitoramento, laudo, parecer técnico, auditoria e arbitragem;
    - VII - desempenho de cargo e função técnica;
    - VIII - treinamento, ensino, pesquisa e extensão universitária;
    - IX - desenvolvimento, análise, experimentação, ensaio, padronização, mensuração e controle de qualidade;
    - X - elaboração de orçamento;
    - XI - produção e divulgação técnica especializada; e
    - XII - execução, fiscalização e condução de obra, instalação e serviço técnico.”
14. A Resolução nº 21/2021, que dispõe sobre as atividades e atribuições profissionais do arquiteto e urbanista e dá outras providências, é mais específica ao definir as atividades deste profissional. Vejamos a literalidade da Resolução sobre algumas atribuições dos profissionais arquitetos e urbanistas:
  - i. “Art. 3º Para fins de Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), definido em Resolução própria do CAU/BR, as atribuições profissionais dos arquitetos e

urbanistas serão representadas no Sistema de Informação e Comunicação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (SICCAU) através das seguintes atividades:

1. PROJETO
    - 1.3. CONFORTO AMBIENTAL
      - 1.3.3. Projeto de condicionamento acústico;
      - 1.3.4. Projeto de sonorização;
    - 1.5. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS REFERENTES À ARQUITETURA
      - 1.5.7. Projeto de instalações elétricas prediais de baixa tensão;
      - 1.5.11. Projeto de cabeamento estruturado, automação e lógica em edifícios;
  2. EXECUÇÃO
    - 2.3. CONFORTO AMBIENTAL
      - 2.3.3. Execução de instalações de condicionamento acústico;
      - 2.3.4. Execução de instalações de sonorização;
    - 2.5. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS REFERENTES À ARQUITETURA
      - 2.5.7. Execução de instalações elétricas prediais de baixa tensão;
      - 2.5.11. Execução de cabeamento estruturado, automação e lógica em edifícios;
  3. GESTÃO
    - 3.1. COORDENAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS
    - 3.2. SUPERVISÃO DE OBRA OU SERVIÇO TÉCNICO
    - 3.3. DIREÇÃO OU CONDUÇÃO DE OBRA OU SERVIÇO TÉCNICO
    - 3.4. GERENCIAMENTO DE OBRA OU SERVIÇO TÉCNICO
    - 3.5. ACOMPANHAMENTO DE OBRA OU SERVIÇO TÉCNICO
    - 3.6. FISCALIZAÇÃO DE OBRA OU SERVIÇO TÉCNICO"
15. Nesse sentido, com análise das atribuições legais do profissional Arquiteto e Urbanista, conclui-se que uma empresa registrada no CAU é também plenamente capacitada para realizar a implantação desta solução e mostra-se razoável a inclusão desta categoria profissional neste edital, uma vez que os arquitetos e empresas registradas no CAU, possuem por lei, conforme atribuições designadas pelo CAU, amparo para assinarem como responsáveis para serviços desta natureza, faz-se necessário alteração no presente edital, para que as empresas possam apresentar documentação de aptidão técnica junto ao CONSELHO que hoje é responsável para fiscalização dos mesmos, o CAU.
16. Ademais, o edital desta licitação prevê meios suficientes para garantir que a empresa vencedora possua capacidade técnica para a execução do objeto, mediante a apresentação de atestados de capacidade técnica que comprovem sua aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto pretendido.

17. Ressalta-se, ainda, que a Lei Geral de Licitações e Contratos determina que a habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação.
18. Ou seja, é fundamental que a Administração Pública observe que exigências demasiadas poderão prejudicar a competitividade da licitação e ofender ao disposto no art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, o qual preceitua que o processo de licitação pública somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.
19. Importante indicar que anteriormente, o CREA era responsável pela fiscalização dos responsáveis técnicos, fossem eles Engenheiros ou Arquitetos. Neste sentido, o desvinculo provocado pela inauguração de um novo conselho de fiscalização, revela a necessidade de alteração do presente edital.
20. Os arquitetos estão amparados para assumir a responsabilidade técnica por serviços de natureza de engenharia. Há, uma importante garantia de direitos que lhes são reservados para o livre exercício da profissão. Com isso, restringir profissionais que possuem por lei, legalidade para atuarem em inúmeros serviços de instalação, montagens e operações, fere de morte a proteção de tais profissionais, como também no fundamento da licitação, para garantir preços mais competitivos, resguardando ainda a qualidade técnica da operação.
21. Existem vários editais já publicados e finalizados de objeto similar que aceitam que o responsável técnico seja um Arquiteto e que a empresa tenha cadastro no CAU.
22. Abaixo seguem alguns pregões os quais aceitaram Arquitetos e registro da empresa no CAU:

- STJ 115-2022:

Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento e implantação de solução integrada de áudio e vídeo para o auditório, mini estúdio e sala de reuniões do Conselho Superior da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), bem como mobiliário técnico e prestação de serviços técnicos especializados de instalação, configuração, calibração, integração de sistemas e equipamentos, infraestrutura lógica e elétrica, ajustes e todas as adequações dos ambientes que se façam necessárias para o perfeito funcionamento da referida solução, incluindo elaboração de projeto executivo e a transferência de conhecimentos com garantia dos bens e serviços por 36 meses.

Exigência: i. Atestado de Capacidade Técnica Profissional, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando possuir vínculo formal com profissional

de nível superior que detenha Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo órgão competente (CREA ou CAU), que comprove ter esse profissional executado serviços de complexidade tecnológica e operacional equivalentes ao especificado no item h.

i.1. será permitido o somatório de certidões (CATs) e profissionais para atender à exigência prevista no item i.

i.2. os profissionais detentores das CATs deverão atuar como Responsáveis Técnicos, assumindo pessoal e diretamente a execução dos serviços contratados, compondo a respectiva equipe técnica. Poderão ser substituídos por outros, desde que estes possuam qualificação profissional equivalente.

k. Prova de Registro de Pessoa Jurídica válido, expedido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), do domicílio ou sede da empresa, comprovando habilitação para o desempenho dos serviços objeto da licitação, devendo constar o nome do respectivo Responsável Técnico.

- COFFITO 07-2023:

Objeto: 1.1. Contratação de empresa especializada para Fornecimento e Instalação de Equipamentos de som e imagem do Auditório, conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

Exigência: 5.3.4.3. Certidão de registro de pessoa jurídica no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA (Lei nº 5.194/66) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU (Lei nº 12.378/2010), em nome do licitante, válida (sem débitos) na data de recebimento dos documentos de habilitação, emitida pelo CREA/CAU da circunscrição da sede da empresa.

5.3.4.4. Para fins de verificação da capacidade técnico-profissional, exigir-se-á que a licitante comprove possuir em seu quadro, na data prevista para entrega da proposta, ao menos um profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de Atestado de Capacidade Técnica, este último registrado no CREA ou CAU, com a respectiva CAT, por execução de obra ou serviço de características semelhantes ao objeto da licitação.

5.3.4.5. Certidão de registro de pessoa física emitida pelo CREA/CAU da jurisdição do domicílio do profissional, em nome dos responsáveis técnicos, com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação e classificação, onde conste atribuição compatível com a área de atuação indicada pelo licitante.

5.3.4.6. A Certidão de Acervo Técnico (CAT) deverá comprovar a atuação do referido profissional como responsável técnico dos serviços de características similares ao exigido no Edital, de acordo com o Acórdão 492/2006 TCU.

5.3.4.7. A licitante deverá comprovar o vínculo com o profissional mediante a apresentação de qualquer dos seguintes documentos, ou ainda apresentar declaração de comprometimento da contratação caso a licitante se sagre vencedora do Pregão.

- FUNDEP 23/2019

Objeto: A presente Seleção tem por objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento completo de materiais, equipamentos, mão de obra necessários à completa execução de todas as instalações, com fornecimento de projeto executivo (incluindo diagrama de ligação dos equipamentos) com "as built", execução final dos serviços de configuração (start-up e testes de sistema) e treinamento e operação assistida de todos os sistemas, para o Centro de Atividades Didáticas 3 da UFMG, situado à Av. Antônio Carlos, nº 6.627, Pampulha, em Belo Horizonte, MG, conforme exigências, especificações e quantitativos estabelecidos neste Instrumento e em seus Anexos.

Exigência: 8.1.4.1- Certidão de Registro ou Inscrição da empresa proponente, assim como do(s) responsável(eis) técnico(s) que ficará(ão) a frente da execução dos serviços, abaixo listados, na entidade profissional competente – CREA e/ou CAU, Conselho Regional da jurisdição da sede da proponente, em vigor.

8.1.4.2- Atestado(s) de Capacidade Operacional: Atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no CREA e/ou CAU, emitido(s) em nome do(s) profissional(is) técnico(s) responsável(eis), com formação em arquitetura, engenharia elétrica e/ou engenharia eletrônica e/ou outra devidamente regulamentada no respectivo conselho, comprobatório(s) do fornecimento / execução do objeto ora contratado, com características semelhantes ou equivalentes às do objeto desta seleção, relativo ao fornecimento/ execução que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação.

23. Com base na análise realizada, acreditamos que essa revisão contribuirá para um processo licitatório mais transparente e competitivo, garantindo a contratação mais vantajosa e em conformidade com a legislação aplicável.
24. Fica evidente que impor exigências excessivas relacionadas à qualificação técnica é contrário à Constituição e prejudica a competitividade do processo licitatório. É dever da Administração garantir a ampla participação de concorrentes no pregão.
25. Portanto, é recomendado que a Administração evite impor exigências desnecessárias ou excessivas que limitem indevidamente a concorrência, o que estaria em desacordo direto com as normas estabelecidas na Lei nº 14.133/2021.



26. Essa abordagem garantirá uma maior competitividade no processo licitatório e permitirá contar com a experiência de empresas especializadas na área de áudio e vídeo, capazes de fornecer uma solução igualmente satisfatória para o órgão contratante.
27. Esperamos contribuir para a transparência e lisura do processo licitatório, assegurando uma competição justa e imparcial entre os licitantes. Acreditamos que a modificação proposta reflete a preocupação desta empresa em atender aos princípios de economicidade, legalidade, isonomia e igualdade, além de estarem em conformidade com as normas vigentes.
28. Do Pedido
29. Após apresentar os fundamentos que embasam nossa impugnação, requeremos, com base na Lei 14.133/2021 e das demais normas que regem a espécie, a devida recepção, análise e aceitação desta peça, visando à correção do ato convocatório no assunto ora impugnado, com o intuito de restabelecer a essência da disputa de forma apropriada.
30. Solicitamos que o pregão seja suspenso para a devida correção do edital e seus anexos e republicada com novo prazo conforme manda a Lei.
31. Ressaltamos que a solicitação apresentada tem como objetivo ampliar a competitividade do certame e atender plenamente às necessidades da solução, mantendo o mais alto padrão de qualidade essencial para o perfeito funcionamento da solução.
32. Em caso da nossa solicitação receber resposta negativa, solicitamos que tal resposta seja devidamente justificada, requeremos que seja emitido um parecer explicativo, apresentando os fundamentos legais e as justificativas que embasaram a decisão do Sr. Pregoeiro, pois conforme legislação estas justificativas são obrigatórias.
33. Conforme estabelecido no edital, a resposta à impugnação será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame. Portanto, solicitamos que a resposta a esta impugnação seja enviada dentro do prazo definido.

EMN REPRESENTACAO COMERCIAL, AUDIO E VIDEO E COMERCIO DE ELETRONICOS EIRELI  
CNPJ 35.056.963/0001-91